

31/março/2026

À: Omnigen Energy Brazil S.A.

À atenção dos Acionistas e Administradores

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas nº 263PB-001-PB

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Omnigen Energy Brazil S.A., acompanhadas do relatório do auditor independente.

Atenciosamente,



Daniel Mezezes Vieira
Sócio

Omnigen Energy Brazil S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263PB-001-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

OMNIGEN ENERGY BRAZIL S.A.

Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025

1. Mensagem da Administração

A Omnigen Energy Brazil S.A. tem a satisfação de apresentar suas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia segue firme em sua missão de desenvolver projetos de energia renovável, contribuindo para a transição energética e a sustentabilidade do setor elétrico brasileiro.

Ao final do exercício de 2025, a Companhia encontrava-se com 11 usinas operacionais e mais 6 usinas iniciaram sua geração no 1º trimestre de 2026. A Omnigen continua seus esforços para finalizar o processo de conexão das demais usinas até o final de 2026. O progresso dessas instalações representa um passo importante para consolidar a presença da Omnigen no mercado de geração distribuída de energia limpa no Brasil.

2. Contexto Operacional

Durante o exercício de 2025 a Companhia direcionou seus investimentos para a finalização da construção de suas usinas e das obras de rede.

Entre os principais avanços do período, destacam-se:

- Conexão e início de geração de 11 usinas, das 20 que se encontravam em construção no ano anterior:
 - Prudente de Moraes 01
 - Santa Rita de Caldas 02
 - Andradas 03
 - Igarapé 05
 - Paraopeba 03
 - Paraopeba 07
 - Igarapé 04
 - Igarapé 02
 - Igarapé 01
 - Araxá
 - Porteirinha
 - Assinatura de contrato comercial para a usina de Porteirinha, totalizando 15 usinas com contratos.
-

3. Desempenho Financeiro

A Companhia realizou a transferência de titularidade das suas 11 usinas operacionais para que as comercializadoras realizassem a operacionalização da venda. As usinas fotovoltaicas encontram-se em fase de *ramp-up* de geração e das vendas.

As despesas registradas nos períodos referem-se majoritariamente a encargos financeiros relacionados ao financiamento contratado, a despesas administrativas e custos de depreciação dos ativos que iniciaram sua operação.

4. Perspectivas para 2026

A Omnigen Energy Brazil S.A. inicia 2026 com a expectativa de avançar para a fase final de construção das usinas solares e iniciar as operações remanescentes. Em paralelo, a Companhia espera avançar nos seus esforços de comercialização de energia. Entre as principais metas para o próximo ciclo, destacam-se:

- Conexão à rede elétrica e início da geração de energia para as 3 usinas remanescentes;
- Assinatura de novos contratos com comercializadoras de energia, ampliando o portfólio de contrapartes;
- Continuidade do ramp-up da operação, com aumento relevante da receita recorrente.

A Companhia segue comprometida com a eficiência operacional e a sustentabilidade, buscando se tornar uma referência no setor de energia renovável no Brasil.

5. Agradecimentos

A administração da Omnigen Energy Brazil S.A. expressa seu agradecimento a todos os colaboradores, parceiros, fornecedores e investidores que estão contribuindo para a concretização deste projeto. Continuamos confiantes na execução bem-sucedida de nossas operações e no impacto positivo que traremos para o mercado e para a sociedade.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Omnigen Energy Brazil S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omnigen Energy Brazil S.A., anteriormente denominada GRB Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Companhia em fase pré-operacional

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 1 e 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, está em andamento o projeto da Companhia para implementação de unidades de geração de energia fotovoltaica. Durante o exercício de 2025 foram concluídas 11 unidades geradoras de energia fotovoltaica, as demais unidades possuem conclusão prevista para 2026, sendo que, até o momento, a estrutura de capital tem sido suportada por seus acionistas e Instituições financeiras. Dessa forma, as presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Gastos com ativo imobilizado em andamento

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrado, na rubrica de ativo imobilizado em andamento, o montante de R\$153.210 mil. O negócio da Companhia e suas controladas requer um relevante volume de investimentos em infraestrutura para implementação de unidades de geração de energia fotovoltaica.

Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia e suas controladas para definir e alocar os gastos entre: **(i)** custos capitalizados, que são os gastos com as obras em andamento vinculados à construção das unidades de geração de energia; **(ii)** custos capitalizados de juros e amortização de arrendamentos dos terrenos nos quais estas unidades estão sendo construídas. Devido ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos podem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como uma área de risco e, portanto, um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros

Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados aos investimentos nas construções de imobilizados em andamento, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil dos custos capitalizados.

Com base em amostragem para adições ocorridas durante o exercício, avaliamos a natureza desses investimentos e consideramos a adequação da classificação dos respectivos valores;

Avaliamos, através de procedimentos analíticos e recálculos, a capitalização dos juros e amortização dos arrendamentos;

Avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre as políticas de capitalização;

Avaliamos os gastos capitalizados divulgados no ativo e os gastos não capitalizados apresentados no resultado. Observamos a natureza e o registro de acordo com normas contábeis aplicáveis.

Como resultado das evidências obtidas através dos procedimentos anteriormente discutidos, consideramos que os critérios adotados pela administração para registro, mensuração e avaliação do imobilizado em andamento, assim como as respectivas divulgações, são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

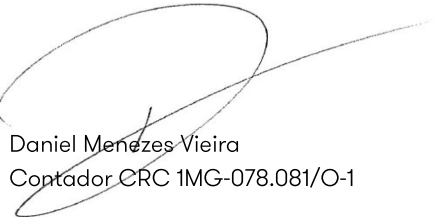
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 31 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8



Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Omnigen Energy Brazil S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.439	91.758	8.491	91.863
Contas a receber de clientes	6	-	-	19	-
Tributos a recuperar	7	1.950	15	1.998	98
Estoques	8	-	-	3.947	-
Outros ativos		18	56	185	109
Total do ativo circulante		9.407	91.829	14.640	92.070
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	6	-	-	130	-
Partes relacionadas	9	139	-	16	7.841
Investimentos	10	362.175	324.858	-	-
Imobilizado	11	51	21	358.291	323.250
Intangível	12	-	-	6.737	6.794
Direito de uso	13	-	-	22.696	23.895
Total do ativo não circulante		362.365	324.879	387.870	361.780
Total do ativo		371.772	416.708	402.510	453.850

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Omnigen Energy Brazil S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares reais)

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Fornecedores	14	1.056	1.314	5.947	12.184
Obrigações tributárias		80	420	732	887
Obrigações sociais e trabalhistas		502	-	502	-
Arrendamentos	13	-	-	297	277
Empréstimos	15	263.357	3.592	263.357	3.592
Total do passivo circulante		264.995	5.326	270.835	16.940
Passivo não circulante					
Arrendamentos	13	-	-	24.705	25.159
Partes relacionadas	9	848	446	1.041	815
Empréstimos	15	-	249.468	-	249.468
Total do passivo não circulante		848	249.914	25.746	275.442
Patrimônio líquido					
Capital social	18	170.000	170.000	170.000	170.000
Reserva de capital	18	15.000	15.000	15.000	15.000
Ações em tesouraria	18	(2.512)	-	(2.512)	-
Prejuízos acumulados	18	(76.559)	(23.532)	(76.559)	(23.532)
Total do patrimônio líquido		105.929	161.468	105.929	161.468
Total do passivo e do patrimônio líquido		371.772	416.708	402.510	453.850

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Omnigen Energy Brazil S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	19	-	-	284	-
Custo das vendas	20	-	-	(171)	-
Prejuízo bruto		-	-	113	-
Despesas gerais e administrativas	21	(6.701)	(8.148)	(18.375)	(8.869)
Equivalência patrimonial	10	(11.625)	(916)	-	-
Resultado operacional		(18.326)	(9.064)	(18.262)	(8.869)
Receitas (despesas) financeiras	22	(34.701)	(9.981)	(34.754)	(10.174)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(53.027)	(19.045)	(53.016)	(19.043)
Imposto de renda e contribuição social	17	-	(1.993)	(11)	(1.995)
Prejuízo do exercício		(53.027)	(21.038)	(53.027)	(21.038)
		Controladora e Consolidado			
		31/12/2025	31/12/2024		
Prejuízo líquido do exercício		(53.027)	(21.038)		
Quantidade de ações ordinárias		1.423.285	1.475.075		
Prejuízo por ação básico e diluído – em R\$		(0,04)	(0,01)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Omnigen Energy Brazil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício		<u>(53.027)</u>	<u>(21.038)</u>	<u>(53.027)</u>	<u>(21.038)</u>
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes		<u>(53.027)</u>	<u>(21.038)</u>	<u>(53.027)</u>	<u>(21.038)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Omnigen Energy Brazil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Capital	Ações em Tesouraria	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		160.786	-	-	(2.494)	158.292
Aumento de capital	18	7.621	97.180	-	-	104.801
Recompra de ações	18	-	(80.587)	-	-	(80.587)
Conversão de reservas em capital social	18	1.593	(1.593)	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(21.038)	(21.038)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		170.000	15.000	-	(23.532)	161.468
Compra de ações em tesouraria	18	-	-	(2.512)	-	(2.512)
Prejuízo do exercício	18	-	-	-	(53.027)	(53.027)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		170.000	15.000	(2.512)	(76.559)	105.929

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Omnigen Energy Brazil S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo líquido do exercício		(53.027)	(21.038)	(53.027)	(21.038)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício ao caixa líquido					
Resultado de equivalência patrimonial	10	11.625	916	-	-
Depreciação e amortização		13	2	3.608	2
Despesas com custos de captação	22	1.716	-	1.716	-
Despesas com juros	22	39.542	14.675	39.542	14.675
Impairment de adiantamentos	9	-	-	6.458	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes	6	-	-	(149)	-
Tributos a recuperar	7	(1.935)	-	(1.900)	-
Partes relacionadas	9	(139)	-	84	-
Estoques	8	-	-	(3.947)	-
Outros ativos		38	(55)	(76)	(158)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores	14	(258)	1.176	(6.237)	(14.812)
Obrigações tributárias	17	(340)	(1.579)	(155)	(1.622)
Obrigações sociais e trabalhistas		502	-	502	-
Partes relacionadas	9	402	(374)	226	(1.227)
Caixa utilizados nas atividades operacionais					
Juros pagos		(30.961)	(9.367)	(30.961)	(10.491)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais					
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado	11	(43)	(23)	(36.332)	(154.728)
Adições de Investimento	10	(48.942)	(151.700)	-	-
Adiantamentos a partes relacionadas		-	-	-	21.922
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital	18	-	50.260	-	50.260
Recompra de ações próprias	18	-	(79.478)	-	(79.478)
Compra de ações em tesouraria	18	(2.512)	-	(1.229)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	18	-	250.000	-	250.000
Custos de transação para captação de empréstimos	18	-	(2.248)	-	(2.248)
Pagamento de passivos de arrendamento	13	-	-	(1.495)	(153)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamentos					
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	91.758	40.591	91.863	40.959
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	7.439	91.758	8.491	91.863
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa					
(84.319) 51.167 (83.372) 50.904					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Omnigen Energy Brazil S.A.

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidados
para os exercícios findos em

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	43	-	36.332	155.583
Receitas relativas à construção de ativos próprios	43	-	36.332	155.583
Insumos adquiridos de terceiros	(6.731)	(7.985)	(52.649)	(163.434)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(6.731)	(7.985)	(52.649)	(163.434)
Valor adicionado bruto	(6.688)	(7.985)	(16.317)	(7.851)
Depreciação e amortização	(13)	(2)	(171)	(2)
Valor adicionado líquido produzido	(6.701)	(7.987)	(16.488)	(7.853)
Valor adicionado recebido em transferência	(4.989)	5.064	6.636	5.989
Resultado de equivalência patrimonial	(11.625)	(916)	-	-
Receita financeira	6.636	5.980	6.636	5.989
Valor adicionado total a distribuir	(11.690)	(2.923)	(9.852)	(1.864)
Distribuição do valor adicionado	(11.690)	(2.923)	(9.852)	(1.864)
Pessoal	-	-	2.226	-
Remuneração direta	-	-	1.931	-
Benefícios	-	-	141	-
FGTS	-	-	154	-
Impostos, taxas e contribuições	-	1.993	1.402	1.995
Federais	-	1.993	1.402	1.995
Remuneração de capitais de terceiros	41.337	16.122	39.547	17.179
Juros	41.337	15.961	39.547	17.018
Aluguéis	-	161	-	161
Remuneração de capital próprio	(53.027)	(21.038)	(53.027)	(21.038)
Prejuízo do exercício	(53.027)	(21.038)	(53.027)	(21.038)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Omnigen Energy Brazil S.A. (“Omnigen”, “Companhia” ou “Controladora”) e suas controladas foram fundadas em julho de 2022 e têm como atividade principal a geração de energia fotovoltaica; o aluguel e leasing operacional de máquinas e equipamentos comerciais e industriais; e a participação societária em outras empresas. A Companhia, anteriormente denominada GRB Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A., é uma sociedade anônima regida por seu Estatuto Social e pela legislação aplicável, inscrita no CNPJ sob o nº 47.358.707/0001-38, com sede em Belo Horizonte/MG.

A Omnigen atua como holding, detendo participações diretas em sociedades dedicadas, predominantemente, à geração de energia fotovoltaica, incluindo 10 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) responsáveis pelo desenvolvimento e implantação dos projetos (vide Nota 3.1).

Em 24 de abril de 2025, foi celebrado acordo entre a Companhia e o Grupo Detronic, que resultou na alienação, pela Detronic Investimentos, da totalidade de suas ações para a Omnigen Energy Brazil, consolidando a Clean Energy Solutions FIP como única acionista da Companhia. Dado que tais operações ocorreram entre partes sob controle comum e não configuraram aquisição de negócio, não se aplicam os requisitos do CPC 15 – Combinação de Negócios, sendo a incorporação das controladas registrada com base nos valores contábeis (valor de livros).

Ao final de 2025, das 20 usinas fotovoltaicas da Companhia, 11 estavam operacionais e 9 em construção, totalizando 34,1 MWp de capacidade conectada e 28,2 MWp em implantação.

Ao final do exercício de 2025, a Companhia encontrava-se com 11 usinas operacionais e mais 6 usinas iniciaram sua geração no 1º trimestre de 2026. A Omnigen continua seus esforços para finalizar o processo de conexão das demais usinas até o final de 2026.

SPE	UFV	Data de conexão
SPE Omnigen 4 Ltda.	Prudente de Moraes 01	20/11/2024
SPE Omnigen 9 Ltda.	Santa Rita de Caldas 02	28/02/2025
SPE Omnigen 10 Ltda.	Andradas 03	25/04/2025
SPE Omnigen 8 Ltda.	Igarapé 05	14/05/2025
SPE Omnigen 1 Ltda.	Paraopeba 03	05/06/2025
SPE Omnigen 1 Ltda.	Paraopeba 07	11/06/2025
SPE Omnigen 8 Ltda.	Igarapé 04	24/07/2025
SPE Omnigen 3 Ltda.	Igarapé 02	31/07/2025
SPE Omnigen 3 Ltda.	Igarapé 01	14/08/2025
SPE Omnigen 7 Ltda.	Araxá	17/09/2025
SPE Omnigen 5 Ltda.	Porteirinha	30/09/2025
SPE Omnigen 10 Ltda.	Andradas 01	06/01/2026
SPE Omnigen 2 Ltda.	Sete Lagoas 07	12/01/2026
SPE Omnigen 2 Ltda.	Sete Lagoas 06	21/01/2026
SPE Omnigen 7 Ltda.	Santa Rita de Caldas 03	21/01/2026
SPE Omnigen 4 Ltda.	Pedro Leopoldo 01	26/02/2026
SPE Omnigen 9 Ltda.	Santa Rita de Caldas 01	31/03/2026
SPE Omnigen 6 Ltda.	Monte Carmelo 02	A conectar
SPE Omnigen 6 Ltda.	Monte Carmelo 01	A conectar
SPE Omnigen 5 Ltda.	Igarapé 03	A conectar

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e daquelas empresas em que a Companhia detém o controle (direto e indireto), os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados. Uma lista com as empresas mais relevantes, incluindo subsidiárias, coligadas e controladas em conjunto, e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota Explicativa no 3.1.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios considerando o custo histórico como base de valor, passivos e ativos a valor presente ou valor realizável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração avalia a capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades quando na elaboração das demonstrações financeiras anuais.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras anuais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Aprovação das demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3 Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as participações no capital social das controladas, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa das controladas são integralmente considerados e classificados de acordo com sua natureza. A inclusão dos saldos contábeis das controladas nas demonstrações consolidadas inicia na data em que o controle é detido pela Companhia e é interrompido a partir na data em que a Companhia deixa de ter o controle. As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

Quando necessário, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão domiciliadas no Brasil.

a) Controladas: o investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. O investidor tem poder sobre a investida quando tem direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas. Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Companhia são completamente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Investimentos em coligadas: Coligadas são todas as companhias sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configuram como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

c) Controladas em conjunto: Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Abaixo, segue relação das empresas investidas, adquiridas pela Omnigen em 13 de março de 2023, ano de início das demonstrações financeiras consolidadas.

As empresas controladas foram constituídas sob a forma de Sociedade de Propósitos Específicos (SPE) e possuem como atividade principal a geração de energia fotovoltaica completamente eliminados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sociedades	Local de operação	% - Participação societária	% - Participação econômica
SPE Omnigen 1 Ltda.	Paraopeba – MG	100,00%	100,00%
SPE Omnigen 2 Ltda.	Sete Lagoas – MG	100,00%	100,00%
SPE Omnigen 3 Ltda.	Igarapé – MG	100,00%	100,00%
SPE Omnigen 4 Ltda.	Pedro Leopoldo e Prudente de Moraes - MG	100,00%	100,00%
SPE Omnigen 5 Ltda.	Igarapé e Porteirinha – MG	100,00%	100,00%
SPE Omnigen 6 Ltda.	Monte Carmelo – MG	100,00%	100,00%
SPE Omnigen 7 Ltda.	Araxá e Santa Rita de Caldas – MG	100,00%	100,00%
SPE Omnigen 8 Ltda.	Igarapé – MG	100,00%	100,00%
SPE Omnigen 9 Ltda.	Santa Rita de Caldas – MG	100,00%	100,00%
SPE Omnigen 10 Ltda.	Andradas – MG	100,00%	100,00%
Usina solar Inconfidentes II Ltda.	Igarapé – MG	49,90%	100,00%
Usina solar Inconfidentes III Ltda.	Igarapé – MG	49,90%	100,00%
Usina solar Inconfidentes V Ltda.	Sete Lagoas – MG	49,90%	100,00%
Usina solar Inconfidentes X Ltda.	Araxá – MG	49,90%	100,00%
Usina solar Inconfidentes XII Ltda.	Igarapé – MG	49,90%	100,00%
Usina solar Inconfidentes XIII Ltda.	Andradas e Santa Rita de Caldas – MG	49,90%	100,00%
Usina solar Inconfidentes XIV Ltda.	Andradas – MG	49,90%	100,00%
Usina solar Inconfidentes XV Ltda.	Monte Carmelo – MG	49,90%	100,00%
Oitavas UFV locação solar S.A.	Monte Carmelo – MG	49,80%	100,00%
Veredas consultoria empresarial Ltda.	Paraopeba – MG	49,00%	100,00%

A Omnigen é responsável pela gestão e tomada de decisões de todas as empresas controladas, incluindo aquelas em que não detém 100% de participação, razão pela qual todas são consolidadas. No caso das empresas com participação societária inferior a 50%, a Omnigen possui uma opção de compra das quotas remanescentes por um valor simbólico de R\$1 cada, a qual será exercida após o início das operações comerciais, quando legalmente os direitos dos pareceres de acesso puderem ser transferidos.

Considerando que a Omnigen já detém todo o controle, possui as opções de compra, as procurações para assinar pelos outros sócios para exercer as opções, e tem a intenção de exercê-las, o que é fundamental para as atividades operacionais, a administração da Companhia entende que, economicamente, estas empresas já são 100% da Omnigen. Por este motivo, é considerado o percentual das participações econômicas das controladas para calcular a equivalência patrimonial.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real brasileiro (BRL).

3.3 Reconhecimento de receitas

Processo para reconhecimento da receita:

No processo de reconhecimento da receita de contratos com clientes foram adotados os preceitos introduzidos pelo CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes contemplando as orientações do Ofício CVM/SNC/SEP 02/2018, aonde a transferência do controle do bem ou serviço contratado poderá ser evidenciada em um momento específico do tempo (“at a point in time”) ou ao longo do tempo (“over time”).

Para definição da forma de apropriação da receita, é preciso verificar o cumprimento das obrigações de performance. O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; (v) reconhecimento da receita.

As receitas são reconhecidas à medida que a Companhia satisfaz suas obrigações estabelecidas nos contratos com os clientes, sendo mensuradas com base nos valores das contraprestações que espera receber em troca do desempenho das atividades de geração, transmissão e de outros serviços.

A Companhia atua no segmento de geração distribuída de energia solar e possui como receita a locação de sistemas de geração de energia elétrica e dos equipamentos que compõem a usina fotovoltaica.

3.4 Outros Ativos

Outros ativos referem-se, substancialmente, a créditos de energia decorrentes das operações da Companhia, os quais são originados, principalmente, no contexto de geração e compensação de energia elétrica.

Esses créditos são reconhecidos inicialmente ao custo e refletem o direito da Companhia de realização econômica futura, principalmente por meio de sua venda a terceiros, conforme os termos contratuais e a regulamentação aplicável. Subsequentemente, tais ativos são mensurados pelo valor recuperável, sendo avaliados periodicamente quanto à existência de indícios de perda. Quando aplicável, eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício.

Os créditos de energia são classificados no ativo circulante ou não circulante com base na expectativa de realização, considerando o histórico de consumo, os contratos vigentes e as projeções de utilização futura.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários compromissados, denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias, e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento, tampouco riscos de mercado.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, onde sua variação tanto positiva como negativa afeta a demonstração de resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de curto prazo.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes decorrem substancialmente das operações de geração distribuída de energia solar, nas quais a Companhia disponibiliza aos clientes o benefício econômico da energia elétrica por meio do sistema de compensação de créditos energéticos.

A receita associada a essas operações é reconhecida no momento da compensação dos créditos de energia, quando ocorre a transferência do benefício econômico ao cliente, em conformidade com o CPC 47 / IFRS 15. Consequentemente, os contas a receber são reconhecidos quando a Companhia passa a ter direito incondicional de receber a contraprestação, conforme previsto no CPC 47 / IFRS 15.

Os valores a receber são inicialmente mensurados pelo valor da contraprestação a que a Companhia espera ter direito, considerando os termos contratuais aplicáveis.

Subsequentemente, os contas a receber são mensurados ao custo amortizado e avaliados quanto à recuperabilidade com base no modelo de perdas de crédito esperadas, conforme o CPC 48 / IFRS 9. A Companhia adota a abordagem simplificada para reconhecimento das perdas esperadas, registrando provisão para perdas ao longo da vida dos instrumentos.

Os saldos são apresentados líquidos da provisão para perdas de crédito esperadas e classificados no ativo circulante, exceto quando aplicável classificação no não circulante.

3.7 Partes relacionadas

A Companhia elimina nas demonstrações financeiras consolidadas, as transações e os saldos existentes com partes relacionadas.

De acordo com sua política, a Companhia pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes.

Os processos negociais e decisórios devem ser efetivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.

3.8 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais (binômio fluxo de caixa contratual e modelo de negócios), conforme resumo demonstrado abaixo:

Categorias / mensuração	Condições para definição da categoria
Custo amortizado	Os Ativos Financeiros (AF) mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o Modelo de Negócios (MN) da empresa.
A Valor Justo por meio de Resultados Abrangentes ("VJORA")	Não há definição específica quanto à manutenção dos AF para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou realizar as vendas dos AF no MN da empresa.

A Valor Justo por meio de
Resultado ("VJR") Todos os outros ativos financeiros.

Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações regulares correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; ou **(ii)** mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, obrigações com empresas ligadas e contas a pagar por aquisição de terrenos.

Os mencionados passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data das demonstrações financeiras, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

O desreconhecimento de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.9 Imobilizado

Os imobilizados são registrados ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável. Os custos diretamente atribuíveis à construção ou instalação dos ativos são capitalizados no valor do ativo imobilizado. As imobilizações são classificadas de acordo com sua categoria quando encontram-se concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação dos ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou se nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Depreciação:

As depreciações são calculadas com base no método linear, tomando-se a vida útil estimada dos ativos.

Item	Método de depreciação	Vida útil
Inversores	Linear	20 anos
Módulos	Linear	30 anos
Cabine de medição	Linear	20 anos
Transformador	Linear	20 anos
Tracker a materiais de baixo valor	Linear	20 anos

A Companhia avalia, ao fim de cada período, o valor recuperável de seus imobilizados, e se houver indicação de perdas, são reconhecidas no resultado do exercício.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e

perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.11 Arrendamentos

A companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período, em troca de contraprestações.

Tal avaliação é realizada no momento inicial. Isenções são aplicadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O custo do ativo de direito de uso compreende: **(i)** o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; **(ii)** quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data; **(iii)** custos diretos incorridos; e **(iv)** estimativa de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável e está reconhecido na rubrica “Direito de uso”.

O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa implícita ou taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento.

Na mensuração do passivo de arrendamento, as contraprestações incorporam a inflação efetiva até o período corrente e são descontadas a taxas nominais que representam os custos de captação da Companhia. Ao considerar os fluxos futuros com expectativa inflacionária, a Companhia avaliou como não materiais os impactos no passivo de arrendamento e ativo de direito de uso, nas despesas de depreciação e despesa financeira.

Como arrendatário, a Companhia identificou contratos que contém arrendamentos, referente aos aluguéis da sua sede principal, sedes regionais e lojas comerciais. Os referidos contratos têm vigência entre um e dez anos e, para fins de estimativa do reconhecimento inicial do passivo de arrendamento e do direito de uso, considerou-se uma prorrogação do prazo do arrendamento por igual período para as sedes e o prazo contratual para as lojas comerciais.

Ao determinar o prazo de arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de extensão, ou não exercer uma opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo de arrendamento apenas se o prazo de arrendamento for razoavelmente certo de ser estendido (ou não rescindido). A avaliação é revista se ocorrer um evento significativo ou uma alteração significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja dentro do controle da Companhia. A avaliação de extensão dos contratos afeta o valor dos passivos de arrendamentos e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

No resultado do período é reconhecida uma despesa de depreciação do ativo de direito de uso e uma despesa de juros do passivo de arrendamento.

3.12 Provisões

As provisões, incluindo as provisões para riscos cíveis e trabalhistas, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.13 Tributação

Imposto de renda e contribuição social

Até o exercício de 2024, a Companhia apurava o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) com base no regime de lucro presumido. Nesse regime, a base de cálculo para as receitas brutas de serviços é determinada à razão de 32%, enquanto para as receitas financeiras a base corresponde a 100%, sobre as quais são aplicadas as alíquotas regulares dos respectivos tributos.

Em 2025, a controladora passou a apurar o IRPJ e a CSLL com base no regime de lucro real, em substituição ao regime de lucro presumido anteriormente adotado.

As demais controladas do grupo permanecem enquadradas no regime de lucro presumido para fins de apuração de IRPJ e CSLL. Dessa forma, no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas, parte das entidades do grupo continua sujeita a esse regime de tributação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas respectivas bases fiscais, bem como sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Para as entidades tributadas pelo lucro presumido, não são reconhecidos ativos e passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, uma vez que, nesse regime, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL não é determinada a partir do lucro contábil ajustado por adições, exclusões ou compensações fiscais, não sendo, portanto, impactada por tais diferenças.

3.14 Adiantamento para futuro aumento de capital

Os recursos concedidos às investidas, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, são classificados em rubrica específica do ativo não circulante, e não em investimentos, quando a totalidade das condições para a integralização desses recursos no capital social das investidas não estiverem satisfeitas, principalmente no que se relaciona com a quantidade de ações.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são mensurados inicialmente pelo valor justo, que nesses casos tem coincidido com os valores da transação. No passivo não circulante, o adiantamento para futuro aumento de capital são aportes efetuados pelos sócios à companhia com objetivo de captar recursos para investimentos ou desenvolvimento das atividades empresariais, para futura utilização no aumento do capital social.

3.15 Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos diretamente atribuíveis à sua contratação. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante ou não circulante de acordo com os prazos contratuais de vencimento e nas expectativas de liquidação pela administração.

3.16 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.17 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado.

Em atendimento ao pronunciamento acima citado, durante a fase de construção de seus ativos, para

elaboração da DVA, a Companhia considerou essas construções equivalente à produção vendida para a própria empresa, apresentando, assim, o seu montante total como receita auferida. A mão-de-obra própria alocada foi considerada distribuição da riqueza criada. Os juros ativados e tributos também receberam o mesmo tratamento. Os gastos com serviços de terceiros e materiais foram apropriados como insumos.

3.18 Informações por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com o relatório interno ao principal tomador de decisões da Companhia ("CODM"), que, no caso Omnigen, é composto pelos Diretores Executivos, para tomar decisões estratégicas, alocar recursos e avaliar o desempenho.

A Companhia determinou que possui apenas um segmento operacional que é a geração de energia.

As políticas contábeis usadas para determinar as informações do segmento são as mesmas usadas para preparar as demonstrações financeiras da Companhia. Como tal, nenhuma informação adicional foi considerada necessária para ser apresentada nestas demonstrações financeiras.

3.19 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações de emissão da Companhia ao longo do exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

A Companhia não possui instrumentos potencialmente dilutivos em circulação ou dívidas conversíveis em ações ordinárias. Desta maneira, o resultado diluído por ação em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é igual ao resultado básico por ação.

4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Normas e alterações vigentes no exercício

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, entraram em vigor determinadas alterações às normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), correspondentes às normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis a exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A principal alteração aplicável está descrita a seguir:

Alterações ao IAS 21 / CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio – Ausência de conversibilidade:

As alterações estabelecem orientações sobre como avaliar se uma moeda é conversível em outra moeda e como determinar a taxa de câmbio quando não há conversibilidade.

De acordo com as alterações, uma moeda é considerada conversível quando a companhia consegue obter a outra moeda dentro de um período que permita um atraso administrativo normal e por meio de um mercado ou mecanismo de câmbio em que uma transação de troca gere direitos e obrigações executáveis. A avaliação da conversibilidade deve ser realizada na data de mensuração e para um propósito específico.

Caso a moeda não seja conversível na data de mensuração, a companhia deve estimar a taxa de câmbio à vista que reflita a taxa pela qual uma transação organizada de câmbio ocorreria entre participantes de mercado nessa data, considerando as condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam um método único para estimar a taxa de câmbio, podendo a companhia utilizar taxas observáveis disponíveis ou outras técnicas de estimativa apropriadas.

Adicionalmente, o IASB promoveu ajustes correlatos ao IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, com o objetivo de alinhá-lo às alterações introduzidas no IAS 21.

A aplicação dessas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

b) Normas e alterações emitidas, mas ainda não vigentes:

Determinadas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB e pelo CPC, mas ainda não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia pretende adotar essas normas quando se tornarem obrigatórias, se aplicáveis. As principais normas e alterações estão descritas a seguir:

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (substituirá o IAS 1 / CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

Vigência: exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027

A IFRS 18 substituirá o IAS 1 e introduzirá novos requisitos relacionados principalmente a:

- apresentação de categorias e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- divulgação, em notas explicativas, de medidas de desempenho definidas pela administração (Management Performance Measures – MPMs); e
- melhorias nos requisitos de agregação e desagregação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma e espera que sua aplicação resulte principalmente em alterações na forma de apresentação e nas divulgações das demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 / CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação

Vigência: exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações relacionadas aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e às divulgações requeridas pela IFRS 7. As alterações têm como objetivo:

- esclarecer que um passivo financeiro deve ser baixado na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada, cancelada ou expira;
- introduzir uma opção de política contábil para baixa de passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes da data de liquidação;
- esclarecer a avaliação das características de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros que incluam características ambientais, sociais e de governança (ESG) ou outras características contingentes semelhantes;
- esclarecer o tratamento contábil de ativos sem recurso (“non-recourse”) e de instrumentos contratualmente vinculados; e
- exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais vinculados a eventos contingentes, incluindo aqueles relacionados a fatores ESG, bem como para instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da aplicação dessas alterações em suas demonstrações financeiras.

4.1 Reforma tributária

A reforma tributária sobre o consumo (“Reforma Tributária”) estabelece a substituição de quatro tributos atualmente incidentes sobre o consumo — PIS, Cofins, ICMS e ISS — por dois novos tributos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A reforma também institui o Imposto Seletivo (IS), aplicável a bens considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, além de reduzir o escopo de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Os novos tributos entrarão em vigor gradualmente a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo que a substituição integral dos tributos atuais está prevista para ocorrer até 2033. Os potenciais impactos contábeis decorrentes da Reforma Tributária incluem, entre outros:

- Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

As mudanças introduzidas pela reforma podem afetar os fluxos de caixa futuros das companhias a partir de 2027. Dessa forma, as projeções utilizadas para determinação do valor recuperável de ativos deverão considerar os efeitos esperados da reforma sobre as operações e fluxos de caixa futuros.

Créditos acumulados de tributos indiretos

Os tributos sobre o consumo atualmente existentes, incluindo PIS, Cofins, ICMS e ISS, serão gradualmente substituídos pelos novos tributos (IBS) e contribuições (CBS). Em decorrência disso, a recuperabilidade e o prazo estimado de realização desses créditos tributários poderão ser impactados.

Tributos diferidos

As alterações introduzidas pela reforma poderão afetar as projeções de lucros tributáveis futuros a partir de 2027, o que poderá impactar a recuperabilidade de ativos fiscais diferidos relacionados ao imposto de renda e à contribuição social.

Tributação de dividendos – Lei nº 15.270/25

Em 27 de novembro de 2025, foi promulgada a Lei nº 15.270/25, que restabeleceu a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre dividendos distribuídos, aplicável aos lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 2026.

A referida lei também estabelece que os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que declarados e distribuídos até essa data, permanecem isentos de IRRF.

Dessa forma, os lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação, o que pode influenciar decisões das companhias quanto ao momento da distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, a promulgação da Lei nº 15.270/25 não gerou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não declarou nem distribuiu dividendos sujeitos ao novo regime de retenção, e a administração não espera que a referida legislação tenha impacto relevante sobre a posição financeira, o desempenho operacional ou os fluxos de caixa da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	54	1	1.010	88
Aplicações financeiras	7.385	91.757	7.481	91.775
Total	7.439	91.758	8.491	91.863

Os valores de caixa e equivalentes de caixa estão disponíveis para uso imediato e têm risco insignificante de alteração de valor. As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (100% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	-	-	149	-
Total	-	-	149	-
Circulante	-	-	19	-
Não circulante	-	-	130	-
Total	-	-	149	-

As contas a receber referem-se a receitas de serviços já prestados, calculados, aprovados e faturados aos clientes, que se encontram em carteira devido aos prazos de pagamentos contratuais.

Os valores classificados no ativo não circulante possuem expectativa de recebimento até março de 2027.

7. Tributos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF sobre aplicações financeiras	1.950	15	1.998	98
Total	1.950	15	1.998	98

Os tributos a recuperar referem-se substancialmente ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") incidente sobre rendimentos de aplicações financeiras.

A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade desses créditos e entende que não há indicativos de perda no seu valor recuperável

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Créditos de energia	-	-	3.947	-
Total	-	-	3.947	-

Os estoques referem-se a créditos de energia decorrentes das operações da Companhia, reconhecidos inicialmente ao custo, os quais serão realizados principalmente por meio de sua comercialização futura a terceiros.

Nos termos da OCPC 10, do CPC 04 – Ativo Intangível e do CPC 16 – Estoques, os créditos representativos de energia elétrica já produzida e disponível para comercialização enquadram-se na definição de estoques, uma vez que se caracterizam como ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Dessa forma, tais valores são classificados no ativo circulante, na rubrica de estoques.

9. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				
Adiantamentos a Detronic (a)	-	-	6.458	7.825
Impairment adiantamentos (a)	-	-	(6.458)	-
Outros adiantamentos	139	-	16	16
Total	139	-	16	7.841
Passivos				
Contas a pagar a Atlantic Nickel (b)	645	166	821	276
Contas a pagar a Mineração Vale Verde (b)	-	218	-	218
Contas a pagar a Detronic (a)	-	-	-	217
Outras contas a pagar	203	62	220	104
Total	848	446	1.041	815

(a) Ao longo de 2023, a Omnigen realizou adiantamentos à Detronic Energia e Serviços Ltda. no montante total de R\$ 36.441, os quais seriam compensados por meio da prestação de serviços relacionados ao gerenciamento das obras.

Em 30 de Julho de 2025, a Omnigen rescindiu os contratos de EPC com a Detronic Energia e Serviços Ltda., anteriormente celebrado entre as partes para construção das usinas fotovoltaicas.

Em decorrência das incertezas relacionadas à amortização dos adiantamentos remanescentes, a Companhia avaliou a recuperabilidade desses valores e reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, perda por redução ao valor recuperável (impairment) no montante de R\$ 6.458. A Administração vem adotando medidas com o objetivo de viabilizar a recuperação dos valores remanescentes.

(b) As despesas relacionadas às atividades administrativas, incluindo funções jurídicas, de tecnologia da informação, financeiras, contábeis e fiscais, são incorridas por meio de um Centro de Serviços Compartilhados (CSC), responsável pela prestação desses serviços às companhias do grupo.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía contas a pagar à Atlantic Nickel, parte relacionada sob controle comum, no montante de R\$ 645 nas demonstrações financeiras da controladora e R\$ 821 nas demonstrações financeiras consolidadas (R\$ 166 e R\$ 276, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

A Mineração Vale Verde deixou de ser considerada parte relacionada a partir de 01 de abril de 2025. Nos exercícios anteriores, quando era classificada como parte relacionada sob controle comum, os saldos em aberto totalizavam R\$ 218 em 31 de dezembro de 2024, tanto nas demonstrações financeiras da controladora quanto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Remuneração do pessoal-chave:

Para o período findo em 31 de dezembro de 2025 a remuneração do pessoal-chave da administração (Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Presidente) foi no montante de R\$861 (R\$985 em 31 de dezembro de 2024).

10. Investimentos

As principais informações das participações societárias em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão resumidas a seguir:

Controladas	Participação econômica %	Patrimônio líquido	31/12/2025		
			Prejuízo do exercício	Investimento	Equivalência patrimonial
SPE Omnigen 1 Ltda.	100%	39.525	(608)	39.525	(608)
SPE Omnigen 2 Ltda.	100%	35.836	(1.254)	35.836	(1.254)
SPE Omnigen 3 Ltda.	100%	40.535	(1.272)	40.535	(1.272)
SPE Omnigen 4 Ltda.	100%	24.513	(1.096)	24.513	(1.096)
SPE Omnigen 5 Ltda.	100%	31.023	(605)	31.023	(605)
SPE Omnigen 6 Ltda.	100%	32.374	(926)	32.374	(926)
SPE Omnigen 7 Ltda.	100%	39.286	(1.372)	39.286	(1.372)
SPE Omnigen 8 Ltda.	100%	39.838	(1.458)	39.838	(1.458)
SPE Omnigen 9 Ltda.	100%	35.938	(1.332)	35.938	(1.332)
SPE Omnigen 10 Ltda.	100%	37.978	(1.418)	37.978	(1.418)
Usina solar Inconfidentes II Ltda.	100%	1.026	(2)	1.026	(2)
Usina solar Inconfidentes III Ltda.	100%	490	(3)	490	(3)
Usina solar Inconfidentes V Ltda.	100%	1.154	(2)	1.154	(2)
Usina solar Inconfidentes X Ltda.	100%	785	(44)	785	(44)
Usina solar Inconfidentes XII Ltda.	100%	529	(151)	529	(151)
Usina solar Inconfidentes XIII Ltda.	100%	(19)	(2)	(19)	(2)
Usina solar Inconfidentes XIV Ltda.	100%	405	(44)	405	(44)
Usina solar Inconfidentes XV Ltda.	100%	(19)	(3)	(19)	(3)
Oitavas UFV locação solar S.A.	100%	(46)	(30)	(46)	(30)
Veredas consultoria empresarial Ltda.	100%	1.024	(3)	1.024	(3)
Total		362.175	(11.625)	362.175	(11.625)

31/12/2024					
Controladas	Participação econômica %	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Investimento	Equivalência patrimonial
SPE Omnigen 1 Ltda.	100%	36.003	(92)	36.003	(92)
SPE Omnigen 2 Ltda.	100%	32.294	(66)	32.294	(66)
SPE Omnigen 3 Ltda.	100%	34.953	(75)	34.953	(75)
SPE Omnigen 4 Ltda.	100%	22.773	(72)	22.773	(72)
SPE Omnigen 5 Ltda.	100%	28.005	(61)	28.005	(61)
SPE Omnigen 6 Ltda.	100%	30.251	(87)	30.251	(87)
SPE Omnigen 7 Ltda.	100%	32.669	(93)	32.669	(93)
SPE Omnigen 8 Ltda.	100%	34.364	(63)	34.364	(63)
SPE Omnigen 9 Ltda.	100%	33.768	(75)	33.768	(75)
SPE Omnigen 10 Ltda.	100%	34.165	(101)	34.165	(101)
Usina solar Inconfidentes II Ltda.	100%	1.028	(10)	1.028	(10)
Usina solar Inconfidentes III Ltda.	100%	493	(11)	493	(11)
Usina solar Inconfidentes V Ltda.	100%	1.156	(33)	1.156	(33)
Usina solar Inconfidentes X Ltda.	100%	829	(12)	829	(12)
Usina solar Inconfidentes XII Ltda.	100%	680	(11)	680	(11)
Usina solar Inconfidentes XIII Ltda.	100%	(17)	(11)	(17)	(11)
Usina solar Inconfidentes XIV Ltda.	100%	449	(13)	449	(13)
Usina solar Inconfidentes XV Ltda.	100%	(16)	(10)	(16)	(10)
Oitavas UFV locação solar S.A.	100%	(16)	(11)	(16)	(11)
Veredas consultoria empresarial Ltda.	100%	1.027	(9)	1.027	(9)
Total		324.858	(916)	324.858	(916)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo a movimentação dos investimentos da Omnigen Energy:

Controladas	Participação econômica %	31/12/2024	Aportes	Equivalência patrimonial	31/12/2025
SPE Omnigen 1 Ltda.	100%	36.003	4.130	(608)	39.525
SPE Omnigen 2 Ltda.	100%	32.294	4.796	(1.254)	35.836
SPE Omnigen 3 Ltda.	100%	34.953	6.854	(1.272)	40.535
SPE Omnigen 4 Ltda.	100%	22.773	2.836	(1.096)	24.513
SPE Omnigen 5 Ltda.	100%	28.005	3.623	(605)	31.023
SPE Omnigen 6 Ltda.	100%	30.251	3.049	(926)	32.374
SPE Omnigen 7 Ltda.	100%	32.669	7.989	(1.372)	39.286
SPE Omnigen 8 Ltda.	100%	34.364	6.932	(1.458)	39.838
SPE Omnigen 9 Ltda.	100%	33.768	3.502	(1.332)	35.938
SPE Omnigen 10 Ltda.	100%	34.165	5.231	(1.418)	37.978
Usina solar Inconfidentes II Ltda.	100%	1.028	-	(2)	1.026
Usina solar Inconfidentes III Ltda.	100%	493	-	(3)	490
Usina solar Inconfidentes V Ltda.	100%	1.156	-	(2)	1.154
Usina solar Inconfidentes X Ltda.	100%	829	-	(44)	785
Usina solar Inconfidentes XII Ltda.	100%	680	-	(151)	529
Usina solar Inconfidentes XIII Ltda.	100%	(17)	-	(2)	(19)
Usina solar Inconfidentes XIV Ltda.	100%	449	-	(44)	405
Usina solar Inconfidentes XV Ltda.	100%	(16)	-	(3)	(19)
Oitavas UFV locação solar S.A.	100%	(16)	-	(30)	(46)
Veredas consultoria empresarial Ltda.	100%	1.027	-	(3)	1.024
Total		324.858	48.942	(11.625)	362.175

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas	Participação econômica %	31/12/2023	Aportes	Equivalência patrimonial	31/12/2024
SPE Omnigen 1 Ltda.	100%	16.356	19.739	(92)	36.003
SPE Omnigen 2 Ltda.	100%	19.084	13.276	(66)	32.294
SPE Omnigen 3 Ltda.	100%	18.976	16.052	(75)	34.953
SPE Omnigen 4 Ltda.	100%	12.264	10.581	(72)	22.773
SPE Omnigen 5 Ltda.	100%	17.645	10.421	(61)	28.005
SPE Omnigen 6 Ltda.	100%	16.218	14.120	(87)	30.251
SPE Omnigen 7 Ltda.	100%	15.908	16.854	(93)	32.669
SPE Omnigen 8 Ltda.	100%	17.249	17.178	(63)	34.364
SPE Omnigen 9 Ltda.	100%	17.505	16.338	(75)	33.768
SPE Omnigen 10 Ltda.	100%	17.125	17.141	(101)	34.165
Usina solar Inconfidentes II Ltda.	100%	1.038	-	(10)	1.028
Usina solar Inconfidentes III Ltda.	100%	504	-	(11)	493
Usina solar Inconfidentes V Ltda.	100%	1.189	-	(33)	1.156
Usina solar Inconfidentes X Ltda.	100%	841	-	(12)	829
Usina solar Inconfidentes XII Ltda.	100%	691	-	(11)	680
Usina solar Inconfidentes XIII Ltda.	100%	(6)	-	(11)	(17)
Usina solar Inconfidentes XIV Ltda.	100%	462	-	(13)	449
Usina solar Inconfidentes XV Ltda.	100%	(6)	-	(10)	(16)
Oitavas UFV locação solar S.A.	100%	(5)	-	(11)	(16)
Veredas consultoria empresarial Ltda.	100%	1.036	-	(9)	1.027
Total		174.074	151.700	(916)	324.858

11. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia se refere a construções em andamento, custos incorridos com infraestruturas, equipamentos e serviços para construção das plantas de energia solar.

A movimentação do imobilizado da controladora é como segue:

Controladora	Saldo em 31/12/2024	(+) Adições	(-) Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Custo					
Máquinas e equipamentos	15	-	-	-	15
Equipamentos de informática	8	43	-	-	51
Total	23	43	-	-	66
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	(1)	(1)	-	-	(2)
Equipamentos de informática	(1)	(12)	-	-	(13)
Total	(2)	(13)	-	-	(15)
Total do ativo imobilizado	21	30	-	-	51

Controladora	Saldo em 31/12/2023	(+) Adições	(-) Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Custo					
Máquinas e equipamentos	-	15	-	-	15
Equipamentos de informática	-	8	-	-	8
Total	-	23	-	-	23
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	-	(1)	-	-	(1)
Equipamentos de informática	-	(1)	-	-	(1)
Total	-	(2)	-	-	(2)
Total do ativo imobilizado	-	21	-	-	21

A movimentação do imobilizado do consolidado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	(+) Adições	(-) Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Custo					
Construções em andamento	320.012	34.804	-	(201.606)	153.210
Máquinas e equipamentos	15	-	-	206.535	206.550
Adiantamentos a fornecedores para construções em andamento	3.217	3.788	-	(4.929)	2.076
Equipamentos de informática	8	-	-	-	8
Total	323.252	38.592	-	-	361.844
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	(1)	(3.550)	-	-	(3.551)
Equipamentos de informática	(1)	(1)	-	-	(2)
Total	(2)	(3.551)	-	-	(3.553)
Total do ativo imobilizado	323.250	35.041	-	-	358.291

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	(+) Adições	(-) Baixas	Transferênc ias	Saldo em 31/12/2024
Custo					
Construções em andamento	150.175	157.378	-	12.459	320.012
Máquinas e equipamentos	-	15	-	-	15
Adiantamentos a fornecedores para construções em andamento	5.489	10.187	-	(12.459)	3.217
Equipamentos de informática	-	8	-	-	8
Total	155.664	167.588	-	-	323.252
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	-	(1)	-	-	(1)
Equipamentos de informática	-	(1)	-	-	(1)
Total	-	(2)	-	-	(2)
Total do ativo imobilizado	155.664	167.586	-	-	323.250

12. Intangível

O ativo intangível da Companhia se refere aos pareceres de acesso das controladoras. O saldo é amortizado de acordo com o período de concessão, em média 30 anos, a partir do momento em que as plantas de energia solar entram em operação.

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	(+) Adições	(-) Amortização	Saldo em 31/12/2025
Pareceres de acesso	6.794	-	(57)	6.737
Total	6.794	-	(57)	6.737

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	(+) Adições	(-) Amortização	Saldo em 31/12/2024
Pareceres de acesso	6.794	-	-	6.794
Total	6.794	-	-	6.794

13. Direito de uso / arrendamentos

a. Arrendamentos como arrendatário

As movimentações do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento são compostas por contratos de locação de imóveis rurais para a instalação de usinas fotovoltaicas.

Os contratos têm duração média de 30 anos e a taxa incremental utilizada é 8%. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente pela inflação do período.

13.1 Movimentação do ativo de direito de uso:

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	(-) Remensuração	(-) Amortização	Saldo em 31/12/2025
Direito de uso	25.732	(292)	-	25.440
(-) Amortização acumulada	(1.837)	-	(907)	(2.744)
Total	23.895	(292)	(907)	22.696

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	(+) Remensuração	(-) Amortização	Saldo em 31/12/2024
Direito de uso	24.807	925	-	25.732
(-) Amortização acumulada	(932)	-	(905)	(1.837)
Total	23.875	925	(905)	23.895

13.2 Movimentação do passivo de arrendamento:

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	(+) Remensuração	(-) Pagamentos	(+) Juros provisionados	Saldo em 31/12/2025
Passivo de arrendamento	25.436	(292)	(1.495)	1.353	25.002
Total	25.436	(292)	(1.495)	1.353	25.002

Circulante	277	297
Não Circulante	25.159	24.705

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	(+) Remensuração	(-) Pagamentos	(+) Juros provisionados	Saldo em 31/12/2024
Passivo de arrendamento	24.933	925	(1.277)	855	25.436
Total	24.933	925	(1.277)	855	25.436

Circulante	331	277
Não Circulante	24.602	25.159

13.3 Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento:

Vencimento das prestações	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Menos de 1 ano	297	277
De 1 a 5 anos	1.887	4.267
De 5 a 10 anos	2.799	9.403
De 10 a 20 anos	10.123	1.365
Acima de 20 anos	9.896	10.124
Total	25.002	25.436

14. Fornecedores

As obrigações com os fornecedores da Companhia são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores - serviços	1.056	1.314	5.947	12.184
Total	1.056	1.314	5.947	12.184

15. Empréstimos

Em 30 de abril de 2024, a Companhia realizou a contratação de empréstimo junto ao banco Itaú BBA (Project finance) no valor de R\$250.000 (Duzentos e cinquenta milhões de reais), por meio de emissões de notas comerciais. A primeira captação foi realizada em 23 de maio de 2024, no valor de R\$155.000, e a segunda captação foi realizada em 30 de setembro de 2024, no valor de R\$95.000. Nesta transação as SPEs foram oferecidas como garantia.

Os empréstimos da Companhia não possuem *covenants* financeiros relacionados a eventos de vencimento antecipado.

A composição dos empréstimos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como se segue:

Controladora e Consolidado	Moeda	Vencimento do principal	Taxa nominal a.a.	31/12/2025		31/12/2024	
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
Notas Comerciais	R\$	30/04/2026	CDI + 1,80%	263.894	-	263.894	255.308
(-) Custos de captação				(537)	-	(537)	(2.248)
Total				263.357	-	263.357	253.060

	2025	2024
Circulante	263.357	3.592
Não circulante	-	249.468
Total	263.357	253.060

A movimentação dos empréstimos está apresentada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	253.060	-
Captações de notas comerciais	-	250.000
Provisão de encargos financeiros	39.542	14.675
Custo na captação de recursos	-	(3.372)
Amortização dos custos de captação	1.716	1.124
Pagamento de encargos financeiros	(30.961)	(9.367)
Saldo final	263.357	253.060

16. Provisão para riscos

A Companhia não apresentou em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 saldo de provisão para demandas judiciais, uma vez que os processos judiciais em andamento não possuem classificação de perda provável.

A Companhia discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos em andamento, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cível	1.928	2.062	1.928	2.062
Trabalhista	494	-	494	18
Total	2.422	2.062	2.422	2.080

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Apuração do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta com prestação de serviços	-	289	-
Percentual de presunção - 32%	-	92	-
Rendimentos de aplicações financeiras (100%)	5.980	12	5.982
Outras receitas	-	-	7
Base IRPJ e CSLL	5.980	104	5.989
IRPJ - alíquota 15%	(897)	(7)	(898)
Adicional (10% sobre valor superior a R\$240)	(557)	-	(557)
Total IRPJ apurado	(1.454)	(7)	(1.455)
CSLL - alíquota 9%	(539)	(4)	(540)
Total CSLL apurado	(539)	(4)	(540)
Despesa IRPJ e CSLL do exercício	(1.993)	(11)	(1.995)

Reconciliação do lucro real

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social e o resultado contábil multiplicado pela alíquota nominal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

	2025
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	58.246
Alíquota nominal de imposto de renda no Brasil (%)	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	19.804

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social compreendia 1.423.285 mil ações (1.475.075 mil ações em 31 de dezembro de 2024), distribuídas entre os quotistas da seguinte forma:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ações (em milhares)	%	Capital social	Ações (em milhares)	%	Capital social
Clean Energy Solutions FIP	1.423.285	100%	170.000	1.423.285	97%	157.587
Detronic Energia Investimentos e Participações Ltda .	-	0%	-	51.790	3%	12.413
Total	1.423.285	100%	170.000	1.475.075	100%	170.000

Em 24 de abril de 2025, a Companhia celebrou acordo com o Grupo Detronic para readequação dos Contratos de EPC, incluindo o distrato do projeto UFV Igarapé 3 e ajustes nas responsabilidades de execução das demais obras. Como parte das operações pactuadas, o acordo também resultou na aquisição, pela Companhia, da totalidade das ações detidas pela Detronic Investimentos, encerrando integralmente sua participação societária. Tais ações foram convertidas em Ações em tesouraria.

b) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de reserva de capital é de R\$ 15.000, integralmente atribuível ao acionista Clean Energy Solutions FIP, detentor de 255.759 ações, representando 100% da reserva de capital da Companhia.

	31/12/2025		
	Ações (em milhares)	%	Reserva de capital
Clean Energy Solutions FIP	255.759	100%	15.000
Total	255.759	100%	15.000

c) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2025, as ações de titularidade da Omnigen mantidas em tesouraria, no montante de R\$2.512 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024), estão representadas por 42.403 mil ações ordinárias.

	Ações em Tesouraria	
	Ações	R\$
Em 31 de dezembro de 2024	-	-
Aquisição Ações em tesouraria	42.403	2.512
Em 31 de dezembro de 2025	42.403	2.512

d) Reserva de lucros

i. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Companhia não possui saldo de reserva legal em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

ii. Reserva de retenção de lucros

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da Lei 6.404/76, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores: resultado líquido positivo da equivalência patrimonial; e

lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do art. 202 da Lei 6.404/76, serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a Companhia não possui saldo em reserva de retenção de lucros.

e) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações de emissão da Companhia ao longo do exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O resultado diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há instrumentos dilutivos.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	(53.027)	(21.038)
Quantidade de ações ordinárias	1.423.285	1.475.075
Lucro por ação básico e diluído – em R\$	(0,04)	(0,01)

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta				
Receita de locações	-	-	289	-
Deduções				
Imposto sobre as locações	-	-	(5)	-
Total	-	-	284	-

20. Custos das vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação das usinas	-	-	(149)	-
Amortização do direito de uso	-	-	(21)	-
Amortização dos pareceres de acesso	-	-	(1)	-
Total	-	-	(171)	-

21. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(4.383)	(7.224)	(8.186)	(7.837)
Impairment Detronic	-	-	(6.458)	-
Despesas com pessoal	(1.931)	-	(1.931)	-
Impostos, taxas e contribuições	(121)	(124)	(1.402)	(219)
Outras despesas	(266)	(800)	(398)	(813)
Total	(6.701)	(8.148)	(18.375)	(8.869)

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	6.635	5.980	6.635	5.982
Outras receitas financeiras	-	-	1	7
Total	6.635	5.980	6.636	5.989
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre notas comerciais	(39.547)	(14.675)	(39.547)	(14.675)
Despesas bancárias	(1.789)	(1.213)	(1.843)	(1.415)
Imposto sobre operação financeira (IOF)	-	(73)	-	(73)
Total	(41.336)	(15.961)	(41.390)	(16.163)
Resultado financeiro	(34.701)	(9.981)	(34.754)	(10.174)

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender às suas necessidades operacionais. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

Não há realização de operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os fornecedores são classificados como mensurados ao custo amortizado. Seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros (custo amortizado):				
Aplicações financeiras - alta liquidez	7.385	91.757	7.481	91.775
Partes relacionadas a receber	139	-	16	7.841
Total	7.524	91.757	7.516	99.616

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivos financeiros (custo amortizado):				
Empréstimos e notas comerciais	(263.357)	(253.060)	(263.357)	(253.060)
Partes relacionadas a pagar	(848)	(446)	(1.041)	(815)
Fornecedores a pagar	(1.056)	(1.314)	(5.947)	(12.184)
Passivos de arrendamento	-	-	(25.002)	(25.436)
Total	(265.261)	(254.820)	(295.347)	(291.495)

Hierarquia de valor justo

- **Nível 1:** Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os inputs são observáveis; e
- **Nível 3:** Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercados, pois:

- As taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos para transações similares são próximas às taxas de juros atualmente praticadas no mercado, e/ou;
- O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez de ativo, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento da Companhia. No curso normal das suas operações, a Companhia está exposto aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- Risco de mercado:** é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposto somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações;
- Risco de liquidez:** é o risco de escassez de recursos para liquidar suas obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia possua os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros nas datas de vencimento. O gerenciamento de riscos da Companhia é realizado pela Administração da Companhia, mediante análises de relatórios financeiros e previsões de fluxo de caixa.

i) Risco de mercado

A Administração monitora o comportamento de mercado das taxas futuras de juros com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratar instrumentos de proteção ao risco de volatilidade dessas taxas.

A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

O cenário provável é baseado nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31/12/2024, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31/12/2025. Flutuações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas às taxas prováveis.

		Controladora						
	Fator de risco	Valor do principal	Provável	25%	50%	-25%	-50%	
Ativo Exposto								
	Aplicações financeiras	CDI	7.385	990	1.237	1.484	742	495
Passivo Exposto								
	Empréstimos	CDI	(263.357)	(35.290)	(44.112)	(52.935)	(26.467)	(17.645)
Impacto líquido			(34.300)	(42.875)	(51.451)	(25.725)	(17.150)	
Taxa CDI anual estimada 2026			13,40%	16,75%	20,10%	10,05%	6,70%	

		Consolidado						
	Fator de risco	Valor do principal	Provável	25%	50%	-25%	-50%	
Ativo Exposto								
	Aplicações financeiras	CDI	7.481	1.002	1.253	1.504	752	501
Passivo Exposto								
	Empréstimos	CDI	(263.357)	(35.290)	(44.112)	(52.935)	(26.467)	(17.645)
	Passivos de arrendamento	IPCA	(25.002)	(1.021)	(1.277)	(1.532)	(766)	(511)
Impacto líquido			(35.309)	(44.136)	(52.963)	(26.481)	(17.655)	
Taxa CDI anual estimada 2026			13,40%	16,75%	20,10%	10,05%	6,70%	
Taxa IPCA anual estimada 2026			4,09%	5,11%	6,13%	3,06%	2,04%	

(*) Sobre as taxas prováveis foram aplicadas variações positivas e negativas de 25% e 50%.

ii) Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que revisa periodicamente as projeções de fluxo de caixa, através de estudo de cenários de stress e avalia eventuais captações necessárias, em linha com a estrutura de capital e nível de endividamento a serem mantidos pela Companhia.

A Companhia apresenta ativos financeiros (essencialmente representados por caixa, equivalentes de caixa), que considera suficientes para honrar seus compromissos decorrentes de suas atividades operacionais.

A Administração tem como objetivo manter os índices de endividamento em linha com as exigências de seus contratos de arrendamentos.

A projeção dos juros a serem pagos até o final do vencimento são como segue:

		Controladora					
		Fluxo de pagamento nominal					
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 20 anos	Acima de 20 anos	Total
31 de dezembro de 2025							
	Empréstimos e notas comerciais	263.357	-	-	-	-	263.357
	Partes relacionadas a pagar	-	848	-	-	-	848
	Fornecedores a pagar	1.056	-	-	-	-	1.056
Total		264.413	848	-	-	-	265.261

	Consolidado					Total
	Fluxo de pagamento nominal					
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 20 anos	Acima de 20 anos	
31 de dezembro de 2025						
Empréstimos e notas comerciais	263.357	-	-	-	-	263.357
Partes relacionadas a pagar	-	1.041	-	-	-	1.041
Fornecedores a pagar	5.947	-	-	-	-	5.947
Passivos de arrendamento	297	1.887	2.799	10.123	9.896	25.002
Total	269.601	2.928	2.799	10.123	9.896	295.347

Risco de câmbio

A Companhia não possui ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras.

Risco de crédito

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente, há análises específicas e normas para as aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

A Entidade mantém seus saldos de caixa e equivalentes de caixa em instituições financeiras com elevado grau de classificação de risco de crédito (rating "AAA"), com o objetivo de mitigar a exposição ao risco de crédito.

Provisão para riscos

A Companhia registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise dessas questões e atendendo à probabilidade de perda de cada ação judicial, quando necessário é constituído provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas, para as quais a saída de caixa seja provável.

Contudo, nos anos de 2025 e 2024 não existiram litígios movidos contra a Companhia, que requeressem a apresentação de valores prováveis em suas demonstrações financeiras.

24. Transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa

Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimentos e financiamento não envolvendo caixa e, portanto, essas transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Baixa do adiantamento para futuro aumento de capital próprio	-	54.541	-	54.541
Recompra de ações Detronic	-	(1.109)	-	(1.109)
Capitalização da amortização de arrendamentos	-	-	907	905
Capitalização de juros sobre arrendamentos	-	-	1.353	855
Remensuração de arrendamentos ativo e passivo	-	-	(292)	925
Compra de ações em tesouraria	-	-	1.283	-
Total	-	53.432	3.251	56.117

25. Eventos subsequentes

Em 26 de janeiro de 2026, a Clean Energy Solution, acionista da Companhia, realizou um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 24.541 para o pagamento dos juros da dívida da Omnigen. Em 27 de fevereiro de 2026 a acionista complementou o adiantamento no montante de R\$11.885 com o objetivo de apoiar o plano de investimentos da Companhia.



Luiz Cláudio Borges Silva
Diretor Financeiro

Rafael Carneiro Barbosa

Rafael Carneiro Barbosa
Gerente de Controladoria
CRC MG 1210410-9